

SELIGA

ATENS SINDICATO NACIONAL

FEVEREIRO, 2021 - 5ª EDIÇÃO

SERVIÇOS PÚBLICOS EM RISCO

PEC Emergencial está a um passo de ser aprovada

O Senado aprovou, no dia 04 de março, em segundo turno, a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 186/2019, mais conhecida como PEC Emergencial. Durante o mês de fevereiro ocorreram atrasos na votação devido a um impasse na casa e a pressão da oposição e da sociedade. A votação que estava marcada para ocorrer dia 25 de fevereiro, foi adiada e ocorreu em primeiro turno no dia 03 de março.

O impasse que inviabilizou um acordo ocorreu em virtude da insistência do governo em manter no texto a desvinculação de receitas da saúde e da educação com uma justificativa de tentar auxiliar União, estados e municípios a encontrar o equilíbrio fiscal em suas contas. E, como uma manobra de chantagem, o governo condicionou a aprovação do auxílio emergencial à aprovação da PEC.

Após muita mobilização e pressão popular, o fim do investimento mínimo com Saúde e Educação foi retirado da PEC emergencial. Apesar da grande vitória, a PEC continua sendo um enorme retrocesso e vai atacar em cheio o funcionalismo público e os direitos básicos da população. Nós sabemos que essa insistência do governo com a aprovação da PEC trata-se de mais uma tentativa de implementar a agenda de políticas ultraliberais do ministro Paulo Guedes. Assim como nas reformas da Previdência, Trabalhista e a Emenda Constitucional 95, a PEC Emergencial somente irá golpear ainda mais as áreas já brutalmente atingidas pelas anteriores.

Diante da maior crise sanitária do século, milhares de brasileiros encontram-se em extrema situação de vulnerabilidade. O momento é de ampliação dos serviços públicos e não redução. Como servidores públicos, não podemos compactuar com a redução do acesso às políticas públicas que ocorrerá com a aprovação da PEC 186/2019.

O ATENS Sindicato Nacional está organizando e participando de diversas ações que visam pressionar os parlamentares pela rejeição a PEC e conscientizar a sociedade dos malefícios da mesma. Conseguimos uma pequena vitória no Senado com a queda da desvinculação do teto de gastos com educação e saúde, mas precisamos que ela seja derrubada por inteiro para preservar os nossos direitos.

A pauta agora seguirá para a Câmara e a mobilização precisa acontecer em peso nos deputados. Precisamos cobrar nossos representantes a não aprovarem mais esse ataque aos servidores e aos serviços públicos que levam direitos essenciais e dignidade àqueles que mais precisam.

A orientação do ATENS Sindicato Nacional continua sendo para intensificarmos a mobilização, enviando mensagens aos deputados cobrando uma postura contrária a PEC e participando dos twittaços. Mais campanhas serão organizadas e precisamos que todos se mobilizem nessas ações. É hora de união!



Investimento na educação cada vez menor

Os investimentos do Ministério da Educação (MEC) nos dois primeiros anos do governo Jair Bolsonaro foram os menores desde 2015. Essas rubricas são aquelas direcionadas à expansão da oferta de políticas públicas, como compra de equipamentos, insumos para laboratórios e obras. A situação tem impacto nas instituições de ensino superior e técnicas federais.

Jair Bolsonaro ignora o fato de que mais investimentos em educação formam pessoas com maior renda que, futuramente, irão pagar mais impostos que financiam a manutenção da universidade pública de qualidade. Investimento em ciência, tecnologia e ensino público são uma grande poupança para a solução de problemas que as sociedades modernas e desenvolvidas apostam, mesmo em tempos de crise.

O ano de 2020 foi um exemplo disso: quando o mundo se deparou com um novo vírus, logo vieram os testes em tempo recorde e as vacinas. Saíram na frente as nações que mais investem em ciência e pesquisa, enquanto o nosso governo teima em acreditar que reduzir o Estado é a solução para a crise em um país tão desigual como o Brasil.



A Pública Central do Servidor surgiu para reunir os servidores públicos de todas as esferas de poder e de todos os níveis de governo do país. Foi resultado da percepção de que os servidores públicos possuem especificidades nas suas condições de carreira em relação ao setor privado e para representação efetiva precisam uma Central Sindical que trate essas diferenças.

A Pública é multipartidária e plural. Em seu Estatuto está proibida a vinculação a qualquer partido e definida sua missão de fortalecer as carreiras públicas, o serviço público e lutar por um Estado mais republicano, transparente e eficiente. A Pública é a casa do servidor público.

Estudos comprovam

Reformas de Bolsonaro não recuperam a economia nem acabam com privilégios

Já que a lógica da austeridade fiscal que norteou as políticas públicas nos últimos anos não só foi incapaz de promover o crescimento e o equilíbrio fiscal, como aprofundou ainda mais as desigualdades sociais, Jair Bolsonaro e sua equipe apostam agora nas chamadas reformas que contam com o apoio expressivo de parte da mídia tradicional.

Apesar de estarem sendo amplamente divulgadas como a salvação da economia brasileira, o estudo elaborado pelo Instituto para Reforma das Relações entre Estado e Empresa (IREE), denominado "A economia brasileira na berlinda da crise da Covid-19: balanço e perspectivas para 2021", publicado no início do mês de fevereiro, demonstrar o contrário.

De acordo com os pesquisadores, as reformas sozinhas têm muito pouca eficácia e que reformas estruturais sem um plano de retomada do crescimento econômico que passa sobretudo pela política fiscal, é um passo para o fracasso, como já pudemos comprovar com as reformas previdenciária e trabalhista e a Lei do Teto de Gastos, que não trouxeram nenhum tipo de recuperação econômica ao país.

Além disso, uma das reformas, a Administrativa (PEC 32/2020), que vem sendo amplamente divulgada como a solução para "combater os privilégios" não inclui mudanças nos reais "super salários" do setor público brasileiro, é o que aponta o estudo publicado pela Afipea, em dezembro de 2020.

De acordo com o estudo da Afipea, a Reforma Administrativa preserva as carreiras de maior remuneração e ameaça aquelas mais diretamente ligadas à prestação de serviços, como professores de ensino básico e médio, enfermeiros, médicos e demais profissionais da rede pública de saúde, assistentes sociais, bombeiros, policiais civis e militares, guardas municipais, entre outras.

Para o autor do estudo, o pesquisador Wellington Nunes, doutor em sociologia pela Universidade Federal do Paraná, se o objetivo for de fato enfrentar as distorções salariais no setor público, o trabalho deveria começar fundamentalmente por procuradores, desembargadores, juizes, dirigentes do serviço público federal, deputados, senadores, diplomatas, ministros e secretários de ministérios, pois várias dessas categorias não estão incluídas no projeto enviado ao Congresso Nacional.

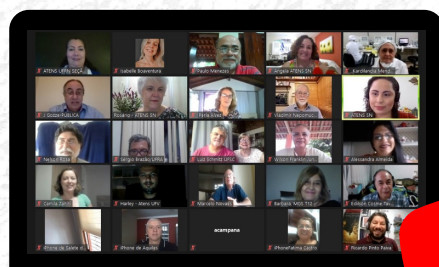
[Ambos os estudos podem ser encontrados na íntegra em nosso site: atens-sn.org.br](http://atens-sn.org.br)



Nova Diretoria do ATENS SN toma posse

A nova Diretoria e Conselho Fiscal do ATENS Sindicato Nacional, eleitos para a Gestão 2021-2024, tomaram posse em uma cerimônia ocorrida no dia 26 de fevereiro, às 15h, por meio virtual, na plataforma Zoom Meeting.

A solenidade contou com a presença dos dirigentes que compõem o Fórum do ATENS, o Presidente da PÚBLICA - Central do Servidor, José Gozze, e o Assessor Parlamentar, Vladimir Nepomuceno, que, na ocasião, proferiu uma palestra sobre o tema "Impactos da PEC 186 (PEC Emergencial) e da PEC 32 (Reforma Administrativa) para os servidores públicos federais".



A cerimônia e a palestra foram transmitidas no canal do YouTube do ATENS e está disponível para aqueles que não conseguiram acompanhar ao vivo: youtube.com/atenssindicatonacional

Na palestra, Vladimir destacou os pontos mais prejudiciais aos servidores públicos, caso ambas as PECs sejam aprovadas. De acordo com o Assessor, a ala dos neoliberais, que hoje ocupa o governo, tem um plano claro com ambas as Propostas: "desmontar o Estado, deixando um pedaço para atender àqueles que se aproveitam da máquina, e privatizar o resto para que o Brasil não deixe de pagar o que deve aos bancos". Um verdadeiro ataque aos serviços públicos e ao povo brasileiro.

Sobre a PEC 186, Vladimir destacou que esta foi pensada para começar a desmontar a estrutura econômica e financeira da administração pública e, ao mesmo tempo, congelar tudo o que for possível e reduzir despesas em políticas públicas, incluindo a administração propriamente dita e servidores. Sobre as contrapartidas colocadas pelo governo na PEC para que o Auxílio Emergencial fosse aprovado, Vladimir destaca que o auxílio não depende de sua aprovação e que a matéria não foi alterada em virtude de permitir o benefício, ela está sendo apreciada em sua proposta original.



Atendimento - Diretório Nacional
Secretaria
Tel: (31) 3879-3498
Celular: (31) 97101-5392

Assessoria Jurídica do ATENS SN
Escritório Munemassa
Telefone: (31) 97101-5392
E-mail: juridico@atens-sn.org.br